



Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**HABEAS CORPUS Nº 5014188-07.2013.404.0000/RS**

**RELATOR** : CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI  
**PACIENTE/IMPETRANTE** : RAFAEL FERRI  
**ADVOGADO** : MÁRCIO AUGUSTO PAIXÃO  
**IMPETRADO** : JUÍZO FED.01A VF CRIMINAL SFN DE PORTO ALEGRE  
**MPF** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**INTERESSADO** : MICHAEL LENN CEITLIN  
**ADVOGADO** : DANILO KNIJNIK  
 : Leonardo Vesoloski

**VOTO DIVERGENTE**

Peço vênica para divergir do Eminente Relator.

Tenho que o trancamento de ação penal pela via do habeas corpus é medida excepcional, só se viabilizando quando evidenciada a ausência de justa causa. Veja-se precedente recente do Egrégio STF:

*"1. É firme a jurisprudência consagrada no Supremo Tribunal no sentido de que a concessão de habeas corpus com a finalidade de trancamento de ação penal em curso só é possível em situações excepcionais, quando estiverem comprovadas, de plano, atipicidade da conduta, causa extintiva da punibilidade ou ausência de indícios de autoria." (STF, Primeira Turma, RHC 114187, julgado em 04/06/2013)*

No caso, verifiquei que a denúncia expõe satisfatoriamente a conduta delitiva. Efetivamente, após resumo inicial, o eminente membro do MPF se alonga na descrição do "modus operandi" através do qual teria sido utilizada informação privilegiada e manipulado o mercado de modo a gerar valorização sem causa em mais de 5000% do valor das ações. Desse modo, tenho que inexistente inépcia.

Ademais, a atipicidade da conduta também não me parece evidente.

Associado o tipo legal ao dever, de qualquer pessoa, de utilização de informação relevante ainda não divulgada, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, no mercado de valores mobiliários, decorrente da inclusão do § 4º ao art. 155 da Lei 6.404/76 pela Lei 10.303/01, tenho que análise mais aprofundada da questão deve ficar reservada ao momento de julgamento do mérito da ação.

Desse modo, mantenho a decisão recorrida prolatada pelo eminente Juiz Baltazar que deu prosseguimento ao feito em relação aos delitos previstos na Lei 6.385/76 reconhecendo os indícios de que os denunciados, no período compreendido entre 10 de maio de 2010 e 26 de julho de 2011 (fl. 5 do Termo de Acusação da CVM), teriam se associado, com unidade de desígnios, comunhão de esforços e vínculo sólido e durável, para a prática de crimes contra o mercado de capitais, bem como teriam executado diversas manobras fraudulentas, no intuito de alterar artificialmente o regular funcionamento dos mercados de valores mobiliários em bolsa de valores, com

CFD©/CFD]

5014188-07.2013.4.04.0000

6087015.V002





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

o fim de obter vantagem indevida para si e para outrem, causando danos a terceiros. Agindo de comum acordo, os denunciados teriam atuado com vistas a fazer com que as ações da empresa MUNDIAL S/A negociadas em bolsa de valores (MNDL3 e MNDL4) tivessem alta considerável, chegando a patamar não condizente com as condições econômicas da Companhia, até o momento em que tiveram queda abrupta, causando prejuízos a inúmeros investidores e incorrendo, assim, nas previsões da Lei nº 6.385/76.

Mantenho, pois, entendimento *a quo* no sentido de que *"A denúncia encontra-se amparada em elementos apurados pela CVM (Processo Administrativo Sancionador CVM RJ nº 2012/11002), em perícias elaboradas pela Polícia Federal (Laudo Pericial nº 0171/2012-SETEC/SR/DPF/RS, Laudo 199/2011-SETEC/SR/DPF/RS e Informação Técnica nº 043/2012-SETEC/SR/DPF/RS), em relatórios de Inteligência, em documentos apreendidos por ocasião de diligência de busca e apreensão, declarações e depoimentos prestados no curso do IPL 0890/2011, os quais consubstanciam a materialidade e indícios de autoria dos crimes denunciados. Acrescento que todos os denunciados foram formalmente acusados no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM nº RJ-2012/11.002 (e. 4, ANEXO1)"*.

Ante o exposto, voto por denegar a ordem.



Documento eletrônico assinado por **Leandro Paulsen, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **6087015v2** e, se solicitado, do código CRC **FCF38564**.

CFD©/CFD]

5014188-07.2013.4.04.0000

6087015.V002

